



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO**

**ACTA Nº. 05/09**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE QUATRO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE**

*Aos quatro dias do mês de Março do ano de dois mil e nove, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores:-----*

***PRESIDENTE: MARIA AMÉLIA MACEDO ANTUNES***

***VEREADORES: JOSÉ HENRIQUE SERRA DA GRAÇA  
LUCÍLIA MARIA SAMORENO FERRA  
MARIA CLARA DE OLIVEIRA DA SILVA  
NUNO ALEXANDRE CAMACHO CABRAL FERRÃO  
NUNO MIGUEL CARAMUJO RIBEIRO CANTA  
RENATO JOSÉ DINIS GONÇALVES***

*Às dezassete horas e trinta e oito minutos com a presença da Técnica Superior da Divisão de Gestão Administrativa do Departamento Administrativo e Financeiro, Elsa Susana Nunes Sousa, a Senhora Presidente da Câmara assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respectivos membros presentes.-----*

*Em seguida procedeu-se à apreciação dos assuntos referentes ao período de*

## **ANTES DA ORDEM DO DIA**

*O Senhor Vereador Renato Gonçalves leu uma Declaração Política, cujo teor a seguir se transcreve: “Realizou-se no pretérito fim-de-semana o XVI Congresso Nacional do Partido Socialista. O Congresso foi um espaço privilegiado de apresentação e debate de ideias e propostas para o futuro de Portugal bem como de balanço da governação do PS nos últimos quatro anos. Do Congresso o Partido Socialista saiu mais forte e mais coeso, empenhado e determinado em responder positivamente e com sucesso aos desafios do futuro, aos desafios que se colocam a Portugal e aos Portugueses. Enfrentar os problemas e encontrar as melhores soluções foi o fio condutor da governação socialista nos últimos quatro anos e será o objectivo político essencial do PS nos próximos anos. Com determinação, com firmeza e com energia. Em 2005 o PS assumiu, por incumbência dos cidadãos*



*eleitores, a responsabilidade patriótica de governar o país num momento extremamente difícil da sua história democrática em face das políticas promovidas pela governação PPD/PSD – CDS/PP, com especial incidência nas finanças públicas e na segurança social. Com um défice orçamental de 6,83% em 2005 o PS assumiu um objectivo político fundamental: o equilíbrio das contas públicas através da prossecução de políticas e medidas de rigor, contenção e moderação orçamental e financeira, de combate ao desperdício e de aumento da eficácia e da eficiência da Administração Fiscal do Estado. O objectivo em apreço foi cumprido: Portugal registou em 2008 o défice orçamental mais reduzido da sua história democrática – 2,2 % do Produto Interno Bruto. Em 2005 a Segurança Social Portuguesa encontrava-se numa situação bastante difícil e complexa, à beira da insustentabilidade e da falência técnica, mostrando-se ameaçadas e em risco as pensões e as reformas dos portugueses. É pública a intenção dos Governos PPD/PSD – CDS/PP com responsabilidades executivas entre 2002 e 2005 de procederem à privatização, ainda que parcial, do nosso sistema de segurança social, fazendo assentar uma parte desse sistema na capitalização e fazendo defender uma parte das pensões e reformas dos cidadãos da evolução do mercado de capitais. Com a crise actual dos mercados financeiros é fácil de prever as consequências de tal intenção se concretizada – o país teria caminhado para a ruptura social. O PS promoveu e levou a cabo com sucesso a reforma do nosso sistema de segurança social, defendendo o seu carácter público e assegurando a sua sustentabilidade presente e futura. Esta é a responsabilidade histórica do PS na democracia portuguesa: governar o país em momentos de graves dificuldades orçamentais e financeiras. Foi assim em 1976 e após a governação do PREC e do General Vasco Gonçalves. Foi assim em 1983 após a governação da AD e tendo em conta a difícil conjuntura internacional de então com o país à beira da bancarrota. Foi assim em 1995 após o segundo governo de maioria absoluta PPD/PSD e considerando os efeitos da crise europeia de 1993/1994. Com o PS e com o Governo liderado pelo seu Secretário-Geral José Sócrates, foram promovidas e desenvolvidas reformas importantes para o futuro do país há muito anunciadas mas nunca concretizadas, reformas que permitiram e permitem salvar e salvaguardar o nosso Estado Social e a Economia de bem estar que lhe subjaz e que está indissociavelmente ligada ao Estado - Providência, próprio e típico do modelo social europeu: reformas na educação e ensino superior, na saúde, na administração pública, na legislação laboral. O Partido Socialista iniciou e concretizou uma nova geração de políticas sociais: o apoio às famílias; o incremento da igualdade de género; a integração social dos cidadãos imigrantes; a rede de cuidados continuados de saúde; o programa de alargamento dos equipamentos sociais; em especial as creches e os lares de*



*idosos; a educação pré-escolar; as actividades de enriquecimento curricular; a introdução da língua inglesa e a generalização do fornecimento de refeições no primeiro ciclo do ensino básico; o programa e-escolas e o computador Magalhães; o passe escolar; o complemento solidário para idosos, instrumento essencial para o combate à pobreza e à exclusão social dos idosos; o abono pré-natal para as mães grávidas; o aumento do abono de família; o alargamento do prazo do subsídio social de desemprego; o incremento dos estágios profissionais nos sectores público, privado e social; o programa inov-jovem; a colocação de jovens licenciados estagiários em pequenas e médias empresas; o apoio à criação de emprego nas instituições particulares de solidariedade social; o aumento das qualificações; o programa Novas Oportunidades e a educação de adultos; as condições de acesso de cidadãos maiores de 23 anos ao ensino superior. Cumpre realçar também o esforço desenvolvido no âmbito da modernização tecnológica do país e da simplificação administrativa e de procedimentos. O Governo do PS lançou e concretizou o Plano Tecnológico, levando a efeito uma aposta verdadeiramente estratégica nas novas tecnologias da informação e da comunicação, reflectida no saldo positivo da nossa balança tecnológica. O Governo do PS criou e tem vindo a implementar o programa SIMPLEX. Em termos económicos e porque o desenvolvimento económico é condição indispensável do progresso social a estratégia do Governo do PS foi orientada no sentido do aumento das nossas exportações, que no ano de 2007 registaram um crescimento de 6%, da aposta nas energias renováveis e da opção pelo investimento em ciência e tecnologia – 1% do PIB. Esta é a estratégia correcta que permite alterar qualitativamente o nosso modelo de desenvolvimento económico e reduzir o nosso défice externo ao nível da balança de transacções correntes e de capital, muito pressionado pela factura energética a pagar ao exterior. Cumpre ainda referir dois objectivos políticos essenciais que foram prosseguidos: a dignificação e a credibilização do Estado em comparação com o que se passou nos anteriores governos do PPD/PSD e do CDS/PP entre 2002 e 2005; a melhoria da qualidade da nossa democracia política, de que são exemplos claros quer a limitação de mandatos dos titulares dos órgãos executivo autárquicos e regionais, o regime de gestão limitada das Autarquias Locais entre a realização das eleições e a tomada de posse dos novos órgãos eleitos e a reforma do regimento da Assembleia da República com o reforço dos direitos das oposições parlamentares e bem assim o reforço do papel e dos poderes das comissões parlamentares de inquérito. O Mundo, a Europa e Portugal vivem hoje tempos muito difíceis e complexos, com uma crise sem precedentes desde a depressão de 1929 – 1933 e que afecta a generalidade dos países do planeta por igual. Estamos confrontados com a primeira crise da segunda globalização marcada por*



*uma recessão económica severa e profunda e por problemas graves de ordem social e financeira. Para enfrentar a crise actual, que constitui aliás a consequência e o espelho da falência das políticas neo – liberais e da crença absoluta no funcionamento desregulado do mercado livre, um mercado moralmente neutro e socialmente indiferente em que o neo-liberalismo dos anos 80 e 90 acreditava sem dúvidas nem reservas, considerando que o mercado podia funcionar sem regras nem limites. Perante o colapso dos mercados financeiros e a grave crise do sector bancário, a mão invisível escondeu-se, desapareceu e muitos dos que criticavam o pensamento Keynesiano defendem agora o regresso à lição de Keynes. O Governo do PS foi pioneiro na percepção da crise internacional e delineou uma estratégia correcta e essencial para enfrentar com êxito a actual recessão que ameaça transformar-se em depressão: as prioridades foram definidas e consistem no apoio ao reforço da estabilidade e da solidez do sistema bancário nacional para protecção dos depósitos e das poupanças dos portugueses; no apoio à manutenção e à criação de emprego; no apoio às famílias; no apoio às pequenas e média empresas; no reforço da protecção social; e no incremento do investimento público, com particular incidência em áreas – estratégias para o futuro do país – a reparação e modernização das Escolas, as energias renováveis e a construção de barragens; a rede de banda larga de nova geração e a infra-estrutura tecnológica; a infra-estruturação rodoviária; portuária e aeroportuária. Salientando-se também o programa de pagamento de dívidas das Administrações Públicas às empresas. O PS assume-se hoje como sempre se assumiu perante os portugueses: o grande partido popular, que tem vocação de poder e que se dirige a todos os eleitores sem excepção, da esquerda democrática, moderada, moderna e europeia ocidental. Somos o que sempre fomos: fieis à democracia pluralista, e pluripartidária, fieis à conjugação e conciliação entre a economia de mercado, a livre iniciativa económica privada e a propriedade privada e a justiça social, a igualdade de oportunidades e o combate à pobreza e à justiça social em ordem à coesão social; fiéis ao projecto europeu de integração comunitária com pendor federal; fiéis a compromissos, à tradição e à história da nossa inserção na Organização do Tratado do Atlântico Norte; intransigentes na defesa do Estado de Direito e dos seus princípios e sub-princípios fundamentais. Temos legitimidade política para pedir ao povo português uma nova maioria absoluta nas próximas eleições legislativas, uma maioria absoluta, não para exercer o poder pelo poder nem por qualquer motivo de auto-satisfação partidária, mas para resolver os problemas concretos dos portugueses através da efectivação e realização das melhores soluções e acima de tudo para vencer a actual e grave crise internacional, minorando e atenuando os seus efeitos negativos no nosso país. A estabilidade política e a eficácia*



*governativa que lhe está associada constitui condição indispensável para a promoção e concretização das políticas sociais e económicas concretas e adequadas, políticas que permitam superar com êxito as graves dificuldades do tempo presente, emergentes da recessão e da crise financeira e bancária. Sem estabilidade política, os problemas sociais, económicos e financeiros agravar-se-ão tendencialmente quer em extensão quer em profundidade, principalmente na crise actual de contornos e evolução incerta e imprevisível e em que ninguém arrisca a fazer previsões quanto ao timing do seu termo. O maior partido do centro direita nega hoje e contraria a sua história parlamentar e governativa ao criticar sistematicamente as políticas de investimento público, contradizendo com regularidade o que disse no passado. Os portugueses sabem que o PS sempre defendeu e defende o aumento e a qualificação do investimento público. Demarcamo-nos e afastamo-nos e os portugueses sabem-no da esquerda conservadora e imobilista, a esquerda que não acompanhou as mudanças geradas pela globalização, que nada quer mudar para que tudo fique na mesma. Não somos nem nunca fomos da esquerda radical e fundamentalista, uma esquerda mediática e de vanguarda intelectual que se diz moderna e do socialismo renovado mas que se limita a afirmar e a defender conteúdos ideológicos do passado, de forma absolutamente contraditória entre si: é a esquerda que une em conjunto e que coliga o trotskismo, o maoismo, o anarquismo e o socialismo científico albanês do pós-guerra. Do Congresso do PS saiu um compromisso claro com Portugal e com os portugueses: continuar as reformas estruturais; continuar o processo de modernização do país; reforçar o apoio e a protecção social, aumentar o investimento público, estimular o investimento privado; garantir a estabilidade e a solidez do sistema financeiro e bancário. Numa palavra: dar firme combate à recessão e à crise internacional. Na agenda do PS para a próxima legislatura a educação e a nova geração de políticas sociais continuarão a desempenhar um papel central e relevante: a generalização da educação pré-escolar para as crianças com 5 anos; a obrigatoriedade da escolaridade básica até ao 12.º ano; as bolsas de estudo para jovens estudantes com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos; o alargamento da rede de equipamentos sociais para apoio às pessoas e às famílias; e o reforço do carácter progressivo do nosso sistema fiscal no que diz respeito à tributação do rendimento das pessoas singulares constituem compromissos políticos firmes e inequívocos do Partido Socialista. Defenderemos também propostas políticas para uma melhor e maior regulação e transparência dos mercados financeiros e de capitais. O PS saberá estar à altura dos desafios e dos problemas. Com Portugal e por Portugal. Com os portugueses e pelos portugueses! Porque juntos vamos conseguir!”-----*



*A Senhora Vereadora Lucília Ferra* suscitou a questão da Higiene e Segurança no Trabalho dos funcionários da Autarquia, nomeadamente os afectos ao Parque Auto, Oficinas Municipais e Jardins, sem prejuízo de indagar sobre a Medicina no Trabalho. Assim, colocou questões ao nível das instalações, dos equipamentos de protecção dos funcionários, da Higiene das refeições, entre outros. Quanto à prática da medicina do trabalho perguntou se os funcionários da Autarquia têm tido acesso às consultas e exames anuais que devem efectuar, à semelhança do que acontece noutras autarquias e noutros sectores, públicos e privados, da actividade económica.-----

*A Senhora Vereadora Clara Silva* disse que quando efectuou uma visita às instalações dos funcionários elaborou um relatório que foi remetido ao Senhor Vereador Nuno Canta com as situações mais importantes. Disse ainda que de todos os serviços que conhece o mais problemático é o sector dos Jardins, tem que existir um trabalho de educação, de sensibilização, porque está em causa a saúde e a higiene dos trabalhadores, não só ao nível do equipamento que tem que ser utilizado todos os dias, bem como o facto de os mesmos estarem habituados a comer as suas refeições no local de trabalho. Existiu um refeitório mas acabou por ser encerrado porque os funcionários continuavam a comer as suas refeições no local de trabalho. No que se refere ao Parque Auto era a questão das casas de banho que já se encontram devidamente tratadas. Em relação à Medicina no Trabalho disse que a Câmara Municipal já dispõem de uma médica há alguns anos, e que irá existir uma outra mas com a especialidade de medicina no trabalho, uma vez que se tornou obrigatório. Disse ainda que foi criado o Gabinete de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho que efectuou durante o ano de 2008, um levantamento a todos os serviços da Autarquia tendo feito chegar aos respectivos dirigentes e chefias as necessidades que eram importantes tratar ao nível da higiene, saúde e segurança no trabalho. Neste gabinete existe uma psicóloga, uma administrativa para tratar de todo o ficheiro médico e ainda uma outra técnica que trata das questões sociais dos trabalhadores da Autarquia.-----

*O Senhor Vereador Nuno Canta* disse que relativamente à questão das condições das instalações da Câmara Municipal para os trabalhadores, nomeadamente na área operária já é uma situação de alguns anos, mas que têm vindo a ser melhoradas. Relativamente aos Jardins, foi construído no interior um espaço para armazenamento dos produtos e dos combustíveis para as máquinas. No espaço das oficinas foram feitas melhorias ao nível da construção de balneários e reparações no telhado, no entanto, as instalações no seu todo continuam a ser um problema porque não reúnem as condições necessárias para os trabalhadores. A Câmara tem que encontrar nos próximos anos um espaço novo para a instalação dos trabalhadores,



nomeadamente serralharia, pinturas e construção civil, carpintaria e também as oficinas do Parque Auto. Relativamente à utilização do equipamento para protecção pessoal, tem-se insistido com os encarregados para que os funcionários utilizem os mesmos, no entanto, os produtos utilizados no tratamento dos jardins não são muito tóxicos, sendo a utilização do equipamento mais como precaução. Quanto aos funcionários dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento existe também um trabalho de sensibilização para utilização do equipamento para protecção pessoal, principalmente na entrada das condutas devido à acumulação de gases muito tóxicos. Em conclusão, existe um esforço para acompanhar a melhoria das condições dos trabalhadores, mas a solução passa pela construção de um espaço novo, e pela tentativa de sensibilização para a utilização do equipamento para protecção pessoal.-----

A **Senhora Presidente** disse que algumas situações já foram ultrapassadas, a que falta é a situação do Sector dos Jardins, porque os funcionários continuam a comer as suas refeições no local de trabalho, situação que tem que ser corrigida, porque não é saudável. Existiu um refeitório, mas o mesmo encerrou por falta da adesão dos trabalhadores, porque por vezes é difícil alterar os hábitos dos mesmos. Disse ainda que existe a possibilidade de passarmos todos os equipamentos e produtos para a zona do Pocinho das Nascentes, melhorando as instalações e criando melhores condições aos funcionários para tomarem as suas refeições. Para além do pessoal não administrativo, do pessoal dos jardins e do pessoal operário, existe também alguma preocupação ao nível do pessoal administrativo, quer nos Paços do Concelho, quer no Edifício dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, que não se encontram bem instalados para desempenharem as suas funções, ou seja, existe um problema geral de espaço. O levantamento que foi feito pelos responsáveis da Comissão de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho mencionava várias situações para serem corrigidas, como por exemplo: a disposição do mobiliário, a iluminação. A questão ficaria resolvida com novas instalações, havendo a possibilidade de equacionar a construção de um novo edifício dos Paços do Concelho junto à zona ribeirinha que permitisse a concentração dos serviços administrativos e técnicos, bem como a existência de um conjunto de pavilhões para albergar os serviços das oficinas, dos jardins, por forma a manter os serviços dentro da cidade. Esta não é uma decisão fácil de tomar, tem que ser ponderada e o mais consensual possível.-----

A **Senhora Presidente** deu conhecimento à Câmara dos Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas relativamente ao pelouro de que é titular no período compreendido **entre 16 e 27 de Fevereiro**



*de 2009: - Licenças Administrativas: 11; - Alterações: 5; - Projecto de Arquitectura – Proposta nº. 4037/01: 1; - Comunicações Prévias: 3; - Informações Prévias: 4; - Certidões: 1; - Licenças de Utilização: 6; - Loteamentos: 2.-----*

*O Senhor Vereador Nuno Canta apresentou os Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas ou subdelegadas, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 65º, nº. 3 e 69º, nº. 3 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitantes a esta reunião.-----*

*O Senhor Vereador Renato Gonçalves apresentou os Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas ou subdelegadas, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 65º, nº. 3 e 69º, nº. 3 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitantes a esta reunião.-----*

*Pelas dezanove horas foi interrompida a ordem de trabalhos para dar início à intervenção do público, previsto pelo artigo 84º, nºs. 6 e 7 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi pelo munícipe abaixo identificado colocada a seguinte questão:--*

*O Senhor António Bernardo disse que relativamente à questão levantada na última sessão de câmara sobre o hipermercado E.Leclerc, a situação continua na mesma, ou seja, continua a existir insegurança dentro e fora do mesmo. Gostaria de saber quando é que a situação fica resolvida.-----*

*A Senhora Presidente disse que existem duas situações. A primeira são os aspectos exteriores de acesso ao E. Leclerc, a sinalização. A segunda é a circulação interna, que não nos diz respeito, é um problema da entidade que faz a gestão, determinando em que condições e circunstâncias é que se anda dentro das instalações.-----*

*Pelas dezanove horas e dois minutos foi retomada a ordem de trabalhos.-----*

*Foi presente para aprovação a Acta número 04/2009, tendo sido aprovada com a abstenção dos Senhores Vereadores Lucília Ferra e Serra da Graça por não terem estado presentes na reunião.-----*

*Mais foi acordado pelo Executivo Municipal incluir nesta reunião a intervenção feita pelo Senhor Vereador Nuno Ferrão na reunião de 18 de Fevereiro de 2009, bem como as intervenções da Senhora Presidente e do Senhor Vereador Nuno Canta sobre o mesmo assunto: “O Senhor Vereador Nuno Ferrão comentou o facto de o valor recebido em termos de Derrama em Janeiro de 2009 ter sido superior ao valor total arrecadado em 2008, o que revela que a administração central ainda tinha muitas receitas de Derrama*





*em seu poder que ainda não transferiu para o município e que provavelmente ainda serão remetidas mais verbas durante o corrente ano. Numa primeira abordagem à execução orçamental de 2008, o Vereador Nuno Ferrão constatou alguns factos preocupantes, nomeadamente a redução de 12,5% na receita corrente, versus 2007, bem como o decréscimo do investimento em 27%, o que deve merecer a reflexão da câmara. Também preocupante é a descida do rácio de cobertura da despesa corrente por receita corrente, que passou de 127% em 2007 para 102% em 2008, o que revela que cada vez mais a receita corrente é aplicada em despesa corrente, não sobrando verbas para investir no concelho. Tendo em conta as actuais dificuldades financeiras das famílias e das empresas, o Vereador Nuno Ferrão questionou a Presidente sobre que medidas a autarquia tomou face ao actual contexto, tendo presente que numerosos municípios do país já definiram a sua estratégia anti-crise e até já implementaram medidas muito concretas, como por exemplo a manutenção do preço da água para famílias mais carecidas ou instituições de cariz social; a isenção de taxas às empresas em obras que criem ou mantenham postos de trabalho ou a isenção de taxas de ocupação da via pública ou inerentes a publicidade efectuada por empresas.”-----*

*A **Senhora Presidente** disse que quanto à questão da Derrama que era verdade que tinham recebido mais em Janeiro, mas ainda assim muito longe daquilo que foi a receita de 2007. A informação que tinham era que a fórmula de cálculo tinha sido alterada, sendo no seu entender penalizadora para os municípios e favorável para as empresas. Acredita no entanto que ainda poderão existir mais algumas verbas em sede de Derrama. Quanto à análise da situação da receita arrecadada e da despesa efectuada ao longo do ano de 2008, disse que tinha existido menos receita, sendo certo que para a oposição era indiferente, porque a posição da oposição é sempre a mesma, do nosso ponto de vista mostra alguma incoerência, porque quando fala no momento de crise, quando fala em mais investimento, não se pode deixar de evidenciar que votaram contra o empréstimo que era para fazer investimento. Disse ainda que quando chegasse a altura da prestação de contas seria feita uma análise mais rigorosa, mas que o aumento da empregabilidade do município, são apostas que fazem num quadro perfeitamente aceitável, sem colocar em risco a situação financeira, nem a qualidade e quantidade dos serviços a prestar aos munícipes. Quanto ao investimento existiu efectivamente uma quebra, uma vez que um conjunto de obras se atrasaram, o processo de lançamento de obras também foi alterado, mas existirá uma subida do investimento, pago e realizado talvez no segundo semestre de 2009. Relativamente à questão das medidas anti-crise disse que a Câmara Municipal de Montijo não tomou nenhuma medida em particular, mas que está atenta. Disse ainda que no passado dia 5 de Fevereiro reuniu com todos*



*os Presidentes da Junta de Freguesia e com as Associações de Solidariedade Social do concelho, onde quiseram ouvir eventuais situações que precisem de apoio, bem como dar a conhecer a nossa perspectiva de apoio financeiro e de solidariedade. A perspectiva da Câmara é que as Juntas de Freguesia e as Associações de Solidariedade Social, todas elas sem excepção, nos façam chegar eventuais dificuldades de famílias, porque perderam o emprego, ou porque têm dificuldades ao nível do pagamento do gás, da electricidade, da água, para que possamos atribuir um subsídio a essa associação para apoiar essas famílias e o que a Câmara quer saber é se o dinheiro foi gasto nessas áreas, para quem foi, no fundo fazer a fiscalização das verbas. Também existe a disponibilidade para o apoio de géneros alimentícios para providenciar refeições ou a atribuição de géneros a famílias que necessitem de satisfazer uma necessidade básica, que é a alimentação do seu agregado familiar. Disse ainda que foi uma reunião muito profícua, e que tem total disponibilidade para apoiar financeiramente as instituições, que façam chegar esses pedidos devidamente identificados. Relativamente às empresas, à ocupação da via pública e publicidade, não existe nenhuma medida prevista nesse domínio, para se poder generalizar esse tipo de apoio. Disse também que foi feita uma reunião com a Associação de Comerciantes de Montijo/Alcochete para uma elaboração de uma candidatura para promoção do comércio tradicional, onde os fundos serão financiados pelo QREN. Quanto à questão da água disse que a Câmara Municipal de Montijo tem a água mais barata da Área Metropolitana de Lisboa, e que preferem resolver casos pontuais do que generalizar.-----*

*O Senhor Vereador Nuno Canta disse que quanto à questão da água, nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento quando existe atrasos no pagamento da factura os munícipes têm a possibilidade de pagarem em prestações, mediante uma prestação adequada ao rendimento. Disse ainda que a medida de redução do preço da água, poderá ser uma medida muito perigosa, porque poderá levar a um aumento no consumo da água e não a uma diminuição do preço da factura.-----*

*Em seguida procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de*

## **ORDEM DO DIA**

### **I – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

***I – PROPOSTA N.º 1451/09 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MONTIJO, NO MONTANTE DE € 1.449,00, REFERENTE À CERIMÓNIA DA TOMADA DE POSSE DOS CORPOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO REVIVER MAIS, DA LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES – Considerando que os bombeiros têm tido desde sempre um papel***



determinante na prossecução da política de prevenção do risco e no socorro e assistência às populações, em conformidade com o espírito abnegado e voluntário que caracteriza a acção dos Soldados da Paz nas diferentes missões que lhe são confiadas; Considerando que compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, nos termos do disposto no artigo 64º, nº. 4, alínea a) da Lei das Autarquias Locais, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere favoravelmente o seguinte: **1.** Conceder um subsídio no valor de **1.449,00€** (mil quatrocentos e quarenta e nove euros) à **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montijo**, referente à cerimónia da tomada de posse dos Corpos Sociais da Associação Reviver Mais, da Liga dos Bombeiros Portugueses. **2.** O subsídio em causa será concedido através da rubrica orçamental 01.03/04.07.01.03. **3.** Que o presente subsídio conste da relação a publicar editalmente e em jornal regional, em cumprimento do estatuído no artigo 1º, nº. 1 e artigo 3º nº. 2 da Lei nº. 26/94, de 19 de Agosto. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente)-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----  
**2 – PROPOSTA Nº. 1452/09 – RATIFICAR O PROTOCOLO DE PARCERIA LOCAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ACÇÃO DELINEADO PARA A CANDIDATURA “POLÍTICA DE CIDADES – PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA”** – No âmbito da apresentação de uma candidatura à “Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana” do Programa Operacional Regional de Lisboa (PORL) torna-se necessária a formalização de um Protocolo de Parceria Local estabelecido entre os diferentes parceiros que identifique as respectivas responsabilidades e o compromisso de cada um com os objectivos e metas a atingir. Assim, e de acordo com o artigo 67º da Lei nº. 169/99, de 18 de Janeiro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nomeadamente nas competências previstas na alínea l) do nº. 2, e da alínea b) do nº. 4 do artigo 64º podem ser objecto de protocolo de colaboração, a celebrar com instituições públicas, particulares e cooperativas, que desenvolvam a sua actividade na área do município. A apresentação da candidatura, por imperativo de prazo foi apresentada em 28 de Fevereiro de 2009. Propõe-se: que o Executivo Municipal delibere ratificar sobre o Protocolo de Parceria Local no âmbito do Programa de Acção delineado para a candidatura “Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana”. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente)-----

A **Senhora Presidente** leu um documento cujo teor a seguir se transcreve: “A Câmara Municipal de Montijo apresentou uma candidatura ao PORL – Eixo



*Política das Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana. A parceria integra para além da Câmara, a APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., a Junta de Freguesia de Montijo, a Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, o Clube Atlético do Montijo, e a SCUPA – Sociedade Cooperativa União Piscatória Aldegalense. A área de intervenção proposta insere-se no centro histórico da cidade de Montijo e na Frente Ribeirinha. É uma área urbana abrangida por cerca de 54,5 ha, sendo a área de intervenção de cerca de 18 ha. O Programa de Acção visa o reforço da centralidade da Cidade de Montijo. Concretamente, a área de intervenção abrange os edifícios e as zonas: Edifício dos Paços do Concelho, o Edifício da Junta de Freguesia de Montijo, o Edifício dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, a Casa da Quinta do Pateo de Água, o Mercado Municipal, a Praça Gomes Freire de Andrade, o Espaço Público e Edifício do Cais dos Vapores, o Parque Ribeirinho, e a Rua José Joaquim Marques. A intervenção proposta tem como objectivo uma estratégia integrada de desenvolvimento. Na continuidade das intervenções já realizadas, quer no centro histórico, quer na Frente Ribeirinha, o Programa de Acção irá permitir que a área urbana central (centro histórico) e a Frente Ribeirinha, continuem a afirmar o Montijo como um dos pólos estruturantes do arco ribeirinho sul, aproximando a cidade ao rio, consolidando as referências urbanas que lhe conferem identidade própria. A valorização, a reabilitação e a regeneração do centro histórico da cidade e da sua Frente Ribeirinha pressupõem uma cidade com identidade própria, com valores históricos e memória colectiva; uma cidade com condições de acolher novas actividades, com fluidez interna e uma boa articulação regional; uma cidade com qualidade de vida que respeita e integra o seu património cultural. Os projectos a desenvolver são o do Parque Ribeirinho da Cidade, que se vai estender do Moinho de Maré e que integrará as antigas salinas da família Leite; a Praça Gomes Freire de Andrade, uma das maiores e mais importantes praças de Montijo, situada no centro histórico da cidade, junto ao rio e onde se localizam os Paços do Concelho, o Mercado Municipal e a Estação Rodoviária dos Transportes Sul do Tejo; Espaço Público e Edifício do Cais dos Vapores, importante marco da Frente Ribeirinha e o seu papel na ligação a Lisboa; a Casa da Quinta do Pateo de Água, situada numa das principais avenidas históricas do centro da cidade, Avenida dos Pescadores e um dos melhores edifícios das antigas quintas de Aldeã Galega do Ribatejo. O conjunto arquitectónico que, para além de uma casa de habitação, compreende uma Ermida que marcaram e marcam a cidade; o novo Edifício dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; a rua José Joaquim Marques, uma das vias mais antigas da Cidade de Montijo, que liga a cidade à EN 5. É uma das principais vias de entrada na Cidade de Montijo e o principal acesso ao centro histórico da*



*cidade e à sua Frente Ribeirinha. Os resultados desta parceria centrar-se-ão no desenvolvimento do turismo e da cultura, novas actividades económicas e sociais, no desporto e no lazer, na qualidade do ambiente e na mobilidade. As intervenções propostas têm um valor estimado global de cerca de 8 milhões de euros, sendo 50% financiado por fundos comunitários.”-----*

***Deliberação:** Ratificada por unanimidade.-----*

## **II – DIVISÃO SOCIAL, CULTURAL E DE ENSINO**

***1 – PROPOSTA Nº. 1453/09 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ESCOLA SECUNDÁRIA POETA JOAQUIM SERRA PARA APOIO À PARTICIPAÇÃO NO V CAMPEONATO NACIONAL DE JOGOS MATEMÁTICOS – Durante os próximos dias 12 e 13 de Março decorrerá na Covilhã o V Campeonato Nacional de Jogos Matemáticos. O Concelho de Montijo estará representado no mesmo por um grupo de 6 alunos da Escola Secundária Poeta Joaquim Serra. Face ao exposto PROPONHO a V. Exas. a atribuição de um subsídio no valor de 90 euros à Escola Secundária Poeta Joaquim Serra para apoio às despesas de alojamento dos participantes. Código Orçamental: 06.02/04.05.01.03. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva)-----***

***Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----*

## **III – DIVISÃO DE DESPORTO**

***1 – PROPOSTA Nº. 1454/09 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO NA MODALIDADE DE SUBSÍDIO E NO VALOR DE € 1.000,00 À ASSOCIAÇÃO CANHA – AVENTURA E DESPORTO, NO ÂMBITO DO APOIO À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ACTIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES, EM SEDE DE APETRECHAMENTO – A Associação Canha – Aventura e Desporto, agremiação desportiva sem fins lucrativos, com sede social na Freguesia de Canha, regular e recentemente constituída, dedica-se fundamentalmente à promoção, organização, dinamização e desenvolvimento de actividades desportivas regulares e bem assim de eventos desportivos pontuais no âmbito do pedestrianismo, do BTT, do cicloturismo e do futsal. A associação apresentou junto da Autarquia uma candidatura com vista à obtenção de apoio financeiro em ordem à aquisição, por compra e venda, de diversos materiais e equipamentos destinados à prática da modalidade de BTT, nomeadamente vestuário e sapatos adequados bem como capacetes. A referida candidatura destina-se a obter da Autarquia a comparticipação na compra dos aludidos equipamentos e materiais, enquadrando-se no disposto nos artigos 5º e 6º, alínea b) ambos do Regulamento Administrativo Municipal disciplinador do Apoio ao Desenvolvimento Desportivo Associativo, aprovado mediante deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão ordinária realizada a 28 de Setembro de 2004 e publicado no Diário da República, 2ª série, nº. 263 de 9 de Novembro de 2004 (Apêndice nº. 132). Conforme o disposto na alínea b) do nº. 2 do artigo 21º da Lei nº. 159/99, de 14 de Setembro, compete aos órgãos municipais apoiar actividades desportivas e recreativas de inte-***



resse municipal, incumbindo à Câmara Municipal apoiar ou participar, pelos meios considerados adequados, no apoio a actividades desportivas e/ou recreativas que revistam interesse público municipal, nos termos do estipulado pela alínea b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. As associações desportivas podem beneficiar de apoios financeiros a atribuir por parte das Autarquias Locais, conforme resulta do estipulado no artigo 46º, n.º 1, da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro. Neste sentido e face ao supra exposto, nos termos e com os fundamentos legais e regulamentares acima expressos, proponho que a Câmara Municipal delibere atribuir um apoio financeiro à Associação Canha – Aventura e Desporto no valor de € 1.000,00 (mil euros), na modalidade de subsídio e nos termos e condições previstas no protocolo anexo, sendo que o apoio ora concedido deverá constar da relação de subsídios a publicar em edital e jornal regional, conforme o preceituado no artigo 1º, n.º 1 e no artigo 3º, n.º 2 da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto. Código Orçamental: 06.01/04.07.01.99. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Renato Gonçalves)---

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**2 – PROPOSTA N.º 1455/09 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO NA MODALIDADE DE SUBSÍDIO E NO MONTANTE DE € 700,00, AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DO MONTIJO PARA EVENTO DESPORTIVO PONTUAL, NO CASO O 10º TORNEIO INTERNACIONAL DE JUDO DA CIDADE DE MONTIJO –** O Centro Cultural e Desportivo do Montijo (CCDM) vai promover, organizar, dinamizar e desenvolver no próximo dia 28 de Fevereiro um Torneio de Judo, na sua 10ª edição. O mencionado Torneio, designado por Torneio Internacional de Judo Cidade de Montijo, reveste natureza oficial federada e diz respeito aos escalões de benjamins, infantis, iniciados e juvenis, integrando igualmente vários atletas do próprio clube organizador. O Torneio em apreço, cujo nível internacional se assinala, decorrerá no Pavilhão Desportivo Municipal n.º 2 (Esteval) entre as 8 e as 20 horas. No mesmo dia e local irá realizar-se, unicamente para atletas das classes de formação, o 1º Encontro e Convívio Distrital de Setúbal de Jovens Judocas, sendo clube acolhedor o Centro Cultural e Desportivo do Montijo. A colectividade desportiva organizadora apresentou para o efeito uma candidatura própria ao abrigo do Regulamento Administrativo Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Desportivo Associativo, em vigor no Concelho de Montijo, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada a 28 de Setembro de 2004, solicitando através da mesma apoio financeiro para promoção e divulgação, aquisição de material, prémios, arbitragem e enquadramento técnico. A candidatura efectuada insere-se no âmbito do seguinte Programa: - Programa de Apoio a Eventos Desportivos Pontuais, conforme o disposto nos artigos 11º e 12º do Regulamento Administrativo Municipal de Apoio ao



*Desenvolvimento Desportivo Associativo. Neste sentido, proponho a atribuição de um apoio financeiro ao Centro Cultural e Desportivo do Montijo, na modalidade de subsídio e no valor de € 700,00 (setecentos euros), a conceder nos termos do protocolo em anexo. A deliberação camarária em apreço é tomada ao abrigo e com fundamento no disposto nos artigos 13º, nº. 2, alínea f) e 21º, nº. 2, alínea b) ambos da Lei nº. 159/99, de 14 de Setembro e bem assim no disposto no artigo 64º, nº. 4, alínea b) da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos artigos 11º e 12º do Regulamento Administrativo Municipal acima referido, sendo que o apoio concedido deverá constar da relação a publicar em edital e em jornal regional, conforme o preceituado no artigo 1º, nº. 1 e no artigo 3º, nº. 2 da Lei nº. 26/94, de 19 de Agosto. A deliberação camarária em apreço é igualmente tomada com esteio e fundamento no preceituado pelo nº. 1 do artigo 46º da Lei nº. 5/2007, de 16 de Janeiro. Código Orçamental: 06.01/04.07.01.99. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Renato Gonçalves)*-----

***Deliberação:** Aprovada por unanimidade.*-----

#### **IV – DIVISÃO DE HABITAÇÃO**

**1 – PROPOSTA Nº. 1456/09 – APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS E DE PAGAMENTOS REFERENTE À EMPREITADA DE “REPARAÇÃO DE ONZE FOGOS DEVOLUTOS”. PROCESSO FH-01/2008 – CONSIDERANDO:** - *Que os planos trabalhos e pagamentos não subvertem os inicialmente entregues, na fase de concurso, tendo a Fiscalização considerando que os mesmos são aceitáveis; - Que estão reunidas as condições previstas no nº. 3 do artigo 159º do Decreto-Lei nº. 59/99, de 2 de Março. **Proponho:** A aprovação do Plano de Trabalhos e Pagamentos. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva)*-----

***Deliberação:** Aprovada por unanimidade.*-----

**2 – PROPOSTA Nº. 1457/09 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA SENHORA PRESIDENTE DE 9 DE FEVEREIRO DE 2009 – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA. PROCESSO PO-02/2009 – Na sequência de informação da Protecção Civil, a fiscalização técnica informou que no imóvel sito na Rua Cândido dos Reis, nº. 8, em Sarilhos Grandes, ruiu uma parte da parede em adobe da habitação para a via pública, devido a infiltração de águas pluviais bastante significativa. Presume-se que a restante parede esteja em igual circunstância, bem como a habitação principal, caso seja da mesma natureza, não estando asseguradas as condições mínimas de segurança e salubridade. Foi autorizada a realização de vistoria urgente, com preterimento de formalidades, nos termos do nº. 7 do artigo 90º do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei nº. 60/07, de 4 de Setembro. A Comissão de Vistorias procedeu de imediato à vistoria ao abrigo desse diploma, tendo concluído ser necessário efectuar as reparações constantes no auto de**



vistoria anexo. Dado a necessidade urgente de notificar os proprietários e atendendo à data prevista para a reunião de Câmara, a Senhora Presidente homologou, através de despacho, o respectivo auto de vistoria. Atendendo ao exposto, **proponho** nos termos do artigo 68º, nº. 3 do Decreto-Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara delibere ratificar o despacho da Senhora Presidente de 09 de Fevereiro de 2009, que homologa o auto de vistoria e ordena a notificação dos proprietários. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva)-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

**3 – PROPOSTA Nº. 1458/09 – CONVERSÃO DE CONTRATO DE PROPRIEDADE RESOLÚVEL EM CONTRATO DE ARRENDAMENTO – SENHOR ANTÓNIO MANUEL GOMES BERNARDO DOS SANTOS –** O parágrafo 2º do artigo 37º do Decreto-Lei nº. 566/75, de 3 de Outubro, estabelece que, sempre que se verifique acumulação em dívida de 12 prestações mensais, ou ainda sempre que o número de prestações pagas fora do prazo atinja 24 prestações, o contrato é convertido em contrato de arrendamento. Atendendo a que o Senhor António Manuel Gomes Bernardo dos Santos, residente na Rua Irene Lisboa, nº. 273, 1º direito, tem 12 prestações seguidas que não foram liquidadas; **PROPONHO:** A conversão do contrato de propriedade resolúvel, daquele fogo, em contrato de arrendamento a partir do próximo mês de Abril. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva)-----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

#### **V – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

**1 – PROPOSTA Nº. 1450/09 – DIREITO DE PREFERÊNCIA NAS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS AO ABRIGO DO DECRETO Nº. 19/08, DE 01 DE JULHO – RATIFICAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DE RENÚNCIA –** **Considerando que:** 1) A recente publicação e entrada em vigor do Decreto nº. 19/2008, de 01 de Julho, que veio estabelecer as medidas preventivas nas áreas destinadas à implantação do novo aeroporto de Lisboa (NAL), veio também criar, a favor dos Municípios abrangidos, um direito de preferência nas transmissões a título oneroso entre particulares de terrenos ou edifícios situados nas áreas sujeitas às medidas constantes daquele mesmo decreto, relativamente a transmissões na área da zona 10 exterior às zonas 1 a 9, tudo conforme o disposto nos nºs. 1 e 3 do artigo 10º do citado Decreto nº. 19/08. 2) Tendo presente a salvaguarda do interesse público em geral e do interesse municipal em particular, foram apreciados os pedidos dos particulares, tendo presente que só em casos muito pontuais será de ponderar o efectivo exercício de tal direito de preferência pelo Município. 3) Face à necessidade de acautelar o cumprimento pelos particulares desta nova exigência legal em todas as transmissões onerosas de imóveis situados na área supra identificada e face ainda à necessidade de assegurar que tal direito não constitua uma forma de paralisar a actividade económica do Concelho neste domínio de





actividade, entendeu-se privilegiar o objectivo de responder, de forma célere e em tempo útil a todos os pedidos formulados, emitindo declaração de renúncia que permitisse aos particulares concretizar, de forma também célere, os seus negócios. 4) Mostra-se, no entanto, agora necessário submeter a ratificação da Câmara Municipal, as declarações de renúncia ao direito de preferência subscritas pela Senhora Presidente no período compreendido entre 17 de Fevereiro de 2009 e 02 de Março de 2009, tudo de acordo com o disposto no n.º. 3 do artigo 10º do Decreto n.º. 19/2008, conforme listagem que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante. Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere o seguinte: Ratificar todas as declarações de renúncia ao direito de preferência subscritas pela Senhora Presidente nos seguintes processos, constituído por força do disposto no artigo 10º do Decreto n.º. 19/2008, de 01 de Julho, no período compreendido entre 17 de Fevereiro de 2009 e 02 de Março de 2009, conforme lista que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente)-----

**Deliberação:** Ratificada por unanimidade.-----

#### **VI – DEPARTAMENTO DE OBRAS E MEIO AMBIENTE**

**1 – PROPOSTA N.º. 1460/09 – RATIFICAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA DA OBRA DE “PAVIMENTAÇÃO DO ARRUAMENTO NO ACESSO NORTE AO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CANHA”. PROCESSO F-02/2003**

– **Considerando que:** A vistoria efectuada no dia 2009.02.11, considerou estarem os trabalhos em condições de serem recebidos definitivamente.

**Proponho:** A Ratificação do Auto de Recepção Definitiva da Obra de “Pavimentação do Arruamento no Acesso Norte ao Quartel dos Bombeiros Voluntários de Canha”. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta)----

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

Todas as deliberações tomadas foram aprovadas em minuta nos termos e para os efeitos previstos nos números 3 e 4 do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo.-----

E não havendo mais nada a tratar foi pela Senhora Presidente encerrada a reunião eram dezanove horas e cinquenta e cinco minutos da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----

E eu,

Técnica Superior da Divisão

de Gestão Administrativa do DAF, a mandei escrever, subscrevo e assino.----

A Presidente da Câmara

Maria Amélia Antunes